

Jornal Senado Mulher

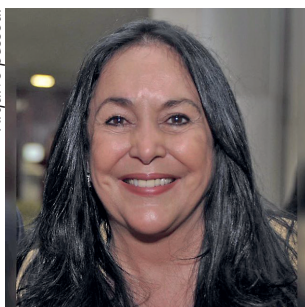
Informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Dilma é reeleita e bancada feminina no Senado ganha mais três cadeiras

Por mais quatro anos, o Brasil terá uma mulher à frente da Presidência da República. Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com 51,64% dos votos. Também foi eleita para um mandato no Executivo Suely Campos (PP), nova governadora de Roraima. No Senado, três novas mulheres foram eleitas e duas foram reeleitas: a senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) e a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). As novas eleitas são Rose de Freitas (PMDB-ES), Simone Tebet (PMDB-MS), e Fátima Bezerra (PT-RN), que se somam às outras cinco senadoras que compõem a bancada feminina da Casa e que têm mandato até 2019.

Outra que tem mandato até 2019 é Marta Suplicy (PT-SP), que se afastou do cargo em 2012 para assumir o Ministério da Cultura. Também deve assumir a suplente do senador Wellington Dias (PT-PI), Maria Regina Sousa (PT-PI).

Arquivo pessoal



Novata

Deputada federal por seis mandatos, Rose de Freitas, eleita senadora pelo Espírito Santo, disse que sua vitória é resultado de seu histórico em favor do desenvolvimento do estado. “Essa vitória um avanço nos espaços políticos cheios de restrições e discriminação em relação às mulheres”, disse.

Arquivo pessoal



Veterana

Rumo ao terceiro mandato, a senadora Maria do Carmo, de Sergipe, diz às mulheres que almejam um cargo eletivo que não desanimem e continuem a trabalhar em favor da popu-

lação em seus bairros, cidades ou estados. “Vamos trabalhar por mais financiamentos para as campanhas femininas, facilitando que esses bons nomes possam, não só disputar, mas, principalmente, vencer uma eleição”, ressaltou.

Apesar do aumento de 3,5% de eleitas em relação a 2006, o número de senadoras representa apenas 13,6% da Casa

Minoria

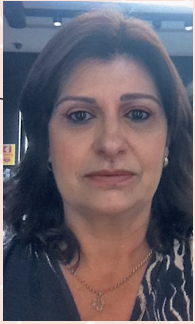
Apesar do aumento de 3,5% de eleitas em relação a 2006, o número de senadoras representam apenas 13,6% da Casa, em um cenário em que as

mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro. Na Câmara dos Deputados, a representação também é ínfima. Em 2014 foram eleitas 51 mulheres, seis a mais do que em 2010. Nas Assembleias Legislativas e na Câmara Legislativa Distrital, o número de eleitas representa apenas 11,33% do universo total de deputados estaduais e distritais. Hoje, a atual bancada representa 13,31%. Segundo a procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), não haverá um aumento significativo do número de mulheres na política enquanto não houver reforma política. “Com o tipo de política eleitoral que temos no Brasil a mulher nunca vai alcançar o seu espaço. Primeiro porque os partidos são comandados por homens e a mulher quase não tem espaço dentro dessas agremiações; e, segundo, que o acesso ao financiamento é para eles também, não chega a elas”, afirmou.



Divulgação

Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% dos votos. Ela comandará o país por mais quatro anos



“Qualquer sintoma diferente no meu corpo me faz sentir medo, mas o importante é viver um dia de cada vez”

Tenho 53 anos e duas filhas maravilhosas. Todos os anos consultava meu ginecologista e fazia os exames rotineiros, inclusive a mamografia. Em 2004, foi detectado um nódulo suspeito na mama esquerda. Fui submetida a uma cirurgia em novembro de 2004.

O material retirado foi encaminhado à biopsia e foi constatado que, além do nódulo, existiam muitas células atípicas, que indicavam um risco da doença voltar. Um mês depois, em dezembro de 2004, passei por outra cirurgia, desta vez para retirada das glândulas mamárias esquerda e direita, como prevenção para evitar a reincidência do câncer. Na mesma oportunidade foi feita a reconstrução das mamas com próteses de silicone.

Nesse período, entre uma cirurgia e outra, tive momentos de angústia e medo. Mas, na maior parte do tempo, tive muita confiança nos médicos, fé e acreditei na minha cura. Também tive muito apoio da família e amigos.

Fiz seis meses de quimioterapia, com sessões de 28 em 28 dias. Esse período foi difícil pois os remédios são muito fortes, com muitos efeitos

colaterais e parecem nos tirar toda a energia. Graças a Deus meu cabelo não caiu, menos um trauma.

No final da quimioterapia, descobrimos que minha mãe também estava com câncer de mama, só que mais avançado. Ela teve metástase na coluna e na cabeça, falecendo após dois anos. Nesse mesmo período, meu casamento também se desfez e foi uma fase muito difícil da minha vida. Em 2010 e 2011 foram necessárias novas intervenções cirúrgicas em virtude de infecção, em que tive que retirar as próteses de silicone e fazer posterior reconstrução mamária.

Dez anos já se passaram e, apesar de ainda sentir algumas dores, sequelas das cirurgias, acredito estar curada, graças a Deus. Não posso mentir, qualquer sintoma diferente no meu corpo me faz sentir uma pontinha de medo, mas o importante é viver um dia de cada vez e procurar aproveitar os bons momentos.

Solange Azevedo

Servidora aposentada da Secretaria Geral da Mesa



Violência obstétrica: os desafios da brasileira pelo nascimento humanizado

Para a maioria das mulheres, a responsabilidade para com o bebê surge desde a concepção. São tantas as preocupações, as expectativas e as preparações durante a gravidez; tudo para que o bebê se desenvolva com saúde, amor e segurança. É surpreendente, contudo, que esse senso de responsabilidade não se estenda ao momento único do nascimento, que coroa a transformação da mulher em mãe.

De fato, as mães não têm recebido ou buscado informações suficientes sobre a importância do parto no desenvolvimento pós-uterino do bebê, na amamentação e na recuperação da parturiente. Especialmente no Brasil, país que possui o maior percentual de cesáreas do mundo (80% na rede privada e 43% na rede pública, quando a recomendação da Organização Mundial da Saúde – OMS é de 15%), constata-se que as gestantes e seus parceiros ou parceiras não têm assumido a responsabilidade que lhes cabe na decisão de como, quando e onde parir, o que é reforçado pela conduta dos hospitais e dos profissionais

da saúde.

A desumanização do nascimento tornou-se um problema de saúde pública em diversos países, inclusive no Brasil. Segundo a OMS, a violência obstétrica constitui violação aos direitos humanos das mulheres e deve ser combatida pelas instituições de saúde. São várias as formas de violência contra a mulher durante o parto: agressões verbais, restrição de acompanhantes, realização de procedimentos sem a prévia autorização da parturiente (infusão intravenosa de ocitocina sintética, realização de episiotomia, utilização de fórceps ou ventosa, etc.), restrição da mobilidade no trabalho de parto, indicações indevidas de cesáreas, etc.

A redução da violência obstétrica depende de uma mudança cultural que começa com a participação das mulheres e que deve se estender aos profissionais da saúde, às instituições públicas, à sociedade civil e aos organismos internacionais. Informe-se e faça parte dessa luta!

Gabrielle Tatith Pereira

Advogada do Senado Federal

Luz Rosa para lembrar o combate ao Câncer de Mama



O mês da conscientização pela detecção precoce e combate ao câncer de mama, o Outubro Rosa, iniciou com o acendimento simbólico da iluminação na cor rosa dos principais monumentos de Brasília. A Procuradoria Especial da Mulher do Senado participou da cerimônia de lançamento, realizada no dia 1º no Panteão da Liberdade, na Praça dos Três Poderes. O acendimento simbólico foi feito pela ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci.

Em Brasília, estão iluminados os prédios do Palácio do Planalto, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Biblioteca Nacional, Memorial JK, Palácio do Buriti e Anexo, Catedral, Ponte JK, Palácio da Justiça, Itamaraty, Delegacia da Mulher, Câmara Legislativa do DF e a sedes da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), que fica no Centro Cultural Banco do Brasil.

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado também apoiou a Caminhada e Corrida contra o Câncer de Mama 2014. O evento ocorreu no dia 19 de outubro no Eixão Norte. A prática de exercícios físicos e alimentação saudável são indicadas por especialistas para a prevenção da doença.

“Queremos garantir que a mulher tenha acesso ao diagnóstico e tratamento, que pode ser feito pelo Sistema Único de Saúde (SUS)”.

*Ministra Eleonora Menicucci
Secretaria de Políticas para Mulheres*



Câncer de Mama é foco das ações da Procuradoria neste mês

Em alusão ao Outubro Rosa, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado organizou três edições do projeto “Quintas Femininas”, com palestras voltadas para o combate ao câncer de mama.

A primeira ocorreu no Senado, no dia 16, com o tema “Câncer de mama: informação transparente e decisão consciente”, com a participação da médica Carolina Fuschino, da Sociedade Brasileira de Mastologia, do médico Arn Migowski, sanitarista e

epidemiologista do INCA e da integrante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Lilian Marinho.

A moderação na frequência do exame na faixa etária abaixo da recomendada pelo Ministério da Saúde, que é de 50 a 69 anos, foi uma das orientações.

A partir dos 40 anos, algumas organizações médicas sugerem que se faça o exame para o chamado rastreamento – para mulheres com baixa probabilidade de desenvolvimento de tumores. Abaixo dos 40 anos, é preciso moderação nos exames, segundo os dois médicos.

Lilian Marinho disse que, além da preocupação em lembrar sobre o combate ao câncer de mama, por meio da cor rosa, é preciso garantir acesso das mulheres aos exames de rastreamento e ao tratamento após diagnóstico.

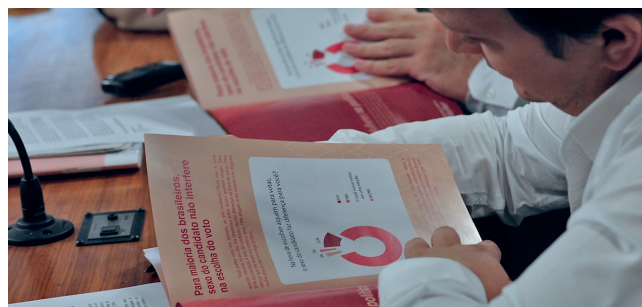
A segunda palestra, com o tema “Prevenção e tratamento do câncer de mama: avanços e desafios”, ocorreu no dia 23 no auditório do prédio do Ministério do Esporte. A última palestra do projeto ocorre no dia 30, na Defensoria Pública do Distrito Federal, com o tema “Reconstrução mamária”.

Falta de apoio impede candidaturas de mulheres

A Pesquisa do Data Senado, encomendada pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, constatou que a falta de apoio dos partidos políticos é o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar para um cargo político. A afirmação foi feita por 39% dos 1.091 entrevistados, entre homens e mulheres de todas as regiões do país. As mulheres que apontaram esse motivo somam 41% dos entrevistados. A sondagem, realizada entre os dias 12 de agosto e 3 de setembro, tem margem de erro de três pontos percentuais e confiabilidade de 95%.

A pesquisa leva a crer que há uma demanda reprimida de mulheres possíveis candidatas: 12% das entrevistadas afirmam que já pensaram seriamente em se candidatar, mas nunca levaram esse projeto adiante. A falta de interesse por política aparece em segundo lugar (23%), e a dificuldade de concorrer com homens em terceiro (19%). A falta de apoio da família e as tarefas domésticas são pouco citadas, ficando apenas com 6 e 5% das respostas, respectivamente.

“Observamos que as poucas candidaturas femini-



Jane Araujo

nas não se devem a uma simples falta de interesse por parte delas, ou por questões familiares, mas por acharem que não teriam as mesmas condições dadas aos homens de concorrer a uma vaga”, observou o pesquisador do DataSenado, Thiago Cortez.

Sexo do candidato não interfere

A pesquisa revelou também que os brasileiros não decidem o voto baseado em gênero. Para 83% dos entrevistados, na hora de escolher alguém para votar, o sexo do candidato não faz diferença. Para reforçar que não levam em conta o sexo, 79% alegam já ter votado em alguma mulher para ocupar um cargo político.

O Brasil ocupa atualmente a 131ª posição num ranking de 189 países, classificados pela União Inter-Parlamentar (IPU), de acordo com o percentual de mulheres nos parlamentos nacionais. Além disso, os partidos brasileiros apresentam dificuldade, eleição após eleição, para preencher a cota mínima de 30% de candidaturas por sexo – o que na prática significa não registrar o mínimo de candidatas mulheres previsto por lei.

Senadores franceses visitam bancada feminina

Integrantes da bancada feminina do Congresso Nacional receberam a visita de cinco senadores do Grupo Parlamentar França-Brasil que funciona junto ao Senado francês. O encontro ocorreu no início de setembro.

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou que as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1932, o que ocorreu antes das francesas. “Apesar desse avanço, a participação feminina na política ainda é baixa”, disse.

As deputadas federais Rosane Ferreira e Jô Moraes, da bancada feminina da Câmara, também participa-



Waldemir Barreto

ram da reunião. Representando o Senado francês, estavam os seguintes senadores: Laurence Cohen, Nicolas Alfonsi, Georges Patient, Leila Aichi e Michel Savin.

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Milena Flores

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Claudio Portella, Secom/Jornal do Senado

Textos e edição: Iram Alfaia

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Iram Alfaia (MTB 092DRT/AM)

Endereço: Senado Federal, anexo 2, primeiro andar

Praça dos Três Poderes. CEP: 70165-900. Brasília-DF

Telefone: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www.senado.leg.br/procuradoria